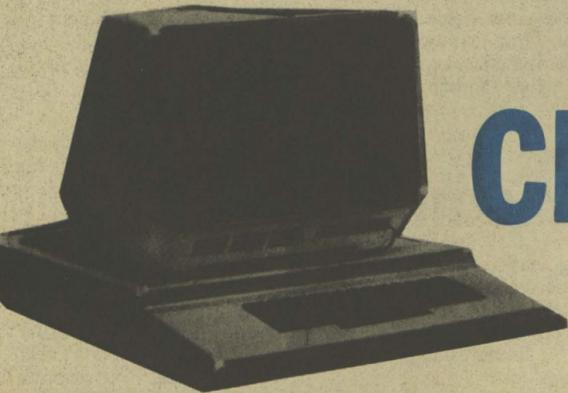




INFORMÁTICA

GOVERNO CEDE À CHANTAGEM DOS EUA

O Conselho Nacional de Informática, pressionado fortemente pelo governo, autorizou no último dia 21 a abertura do mercado brasileiro ao programa MS-DOS, criado por uma empresa americana. Veja qual o significado exato da decisão, e entenda como ela pode atingir a indústria brasileira do setor em um ponto em que ela ainda é vulnerável. Página 4



EDITORIAL

O jogo da esperteza

Iniciam-se, dia 27, as votações no plenário da Constituinte. A base das discussões deixou de ser o projeto aprovado na Comissão de Sistematização, resultado de um ano de trabalho nas subcomissões, comissões temáticas e, finalmente, na Sistematização, e passou a ser as emendas apresentadas pelo "centrão". Esta mágica só foi possível pelo golpe aplicado na Constituinte com a imposição do novo regimento interno, que, na reta final, alterou as regras do jogo.

Agora, em condições desvantajosas — tanto pelo caráter antidemocrático do regimento, como pela acintosa interferência do governo nas atividades constituintes — as forças progressistas têm pela frente o desafio de impedir que a direita, na base do rolo compressor, imponha ao país, uma Carta Magna contrária aos interesses nacionais e populares.

Uma das tarefas essenciais, nesta etapa decisiva, é desmascarar o "centrão", apontar em cada Estado, quem são seus componentes — que em geral procuram se esconder — e articular a batalha parlamentar com a pressão de massas.

Logo de início, cumpre denunciar a "esperteza" dos direitistas. Já foi visto que o próprio nome "centrão" é um engodo. "Direitão" seria a denominação adequada. Mas além disto, os reacionários tentam candidamente espalhar que, nas suas emendas, alteram "apenas" uns 15 ou 20% do projeto original da Sistematização. Por exemplo, em relação ao direito de greve, assegurado no texto inicial, a emenda do "direitão" acrescenta: "nos termos da lei" — ou seja, anula a greve como direito constitucional e remete o assunto para mais uma lei de greve, de conteúdo já conhecido por todos os trabalhadores. Em relação ao direito de organização partidária, a coisa se repete. No final, os tais 15% alterados equivalem a mudar, numa longa frase, uma palavrinha, "sim", por outra palavrinha, "não".

Outra manha do "centrão" é apresentar-se como uma articulação sem líderes, no intuito de convencer os constituintes incautos, que não estão sendo manobrados por ninguém, que todos os que dele participam têm os mesmos direitos e as mesmas condições. Mas é impossível esconder que este grupo só conseguiu arrebatar tantas assinaturas, e apresentar um conjunto de propostas concatenadas — e, diga-se de passagem, com uma forma mais burilada — quando empresários (principalmente da Fiesp) alugaram um hotel de cinco estrelas em Brasília e estabeleceram ali o comando real do "centrão". Assim, pode-se dizer que é uma articulação sem líderes públicos, mas com chefes muito concretos, como o sr. Mário Amato, por exemplo, que, nos bastidores, dão ordens muito precisas, requisitam aviões do governo, no mesmo estilo prático e autoritário com que comandam suas empresas.

Ainda vale ressaltar que, entre as formulações finais das emendas e a gritaria tacanha de alguns expoentes do "centrão", como Roberto Cardoso Alves, José Lourenço e outros, nota-se uma amenização. É uma tática refinada, de tornar as propostas mais palatáveis nos setores moderados. E, talvez, de tentar convencer a certos democratas de fôlego curto que é melhor engolir estas migalhas do que lutar pelo que interessa ao povo e à Nação. Mas uma simples análise superficial mostra que os brasileiros não podem aceitar este monstro, que, logo no nascedouro, será contestado nas ruas, se for aprovado.

Por último, nesta reta final, pesa ainda sobre as forças democráticas, o desencanto de correntes que, diante das dificuldades, saem do campo no meio da batalha, pensando que não adianta mais lutar. O compromisso dos constituintes ligados ao povo é de não ceder nem um milímetro sem luta.



Brasileiros visitam campos de refugiados palestinos

Um terror semelhante ao nazismo impera nos campos de refugiados palestinos em Israel. É o que constatou a delegação de parlamentares brasileiros que visitou a região na semana passada. O deputado constituinte Edmilson Valentin, do PCdoB, contou à Tribuna Operária o que viu e sentiu durante a visita à região dominada pelos sionistas. Segundo o parlamentar comunista, o governo de Israel não gostou da iniciativa dos brasileiros de solidarizarem-se com os palestinos. Leia a entrevista com Edmilson na página 2.



Foto: Aginaldo Zordanoni

Convocado o 7.º Congresso do PC do Brasil

Em Reunião da Direção Nacional do PCdoB, realizada em São Paulo na semana passada, foi convocado o primeiro congresso do partido a se organizar na legalidade. Tendo como pauta o balanço político e organizativo do mais antigo partido político em atividade no Brasil, a discussão e aprovação do programa e de seus estatutos, além da eleição da nova direção, o congresso se reunirá em São Paulo no mês de maio. Pág. 3

Aeroviários e aeronautas organizam nova greve

As assembleias da categoria já definiram a data da paralisação: 12 de fevereiro, véspera do carnaval. A luta é por melhores salários. Pág. 6

As mulheres e sua emancipação

Um seminário e uma plenária nacional de entidades emancipacionistas de mulheres reuniu-se em Campinas para organizar sua luta. Pág. 8



Foto: Aginaldo Zordanoni

Icop, revista Presença da Mulher e a Unicamp patrocinam o evento.

Ministro sai, corrupção fica

Sai Aníbal Teixeira, entra João Batista Abreu, mas a corrupção continua como forma de governo da Nova República. Página 8

Fundação Mauricio Grabois

SIONISMO

"Em Israel, falar em OLP é proibido"

Censura aos jornais, hostilidade contra a delegação brasileira, atrocidades contra os palestinos. São algumas das denúncias feitas pelo deputado constituinte Edmilson Valentin (PCdoB-RJ), que integra uma delegação de parlamentares em visita a Israel, Cisjordânia e Gaza, para prestar solidariedade ao povo palestino.

Atendendo a um convite feito pela Liga Árabe e pela OLP, sob a coordenação do ex-deputado Airton Soares, 13 parlamentares brasileiros visitaram Israel na semana passada, para verem de perto a situação em que se encontram os refugiados palestinos. São eles: Edmilson Valentin, Nelson Wedekim, Maurício Correa, Domingos Leonelli, Lysâneas Maciel, Oswaldo Sobrinho, Rose de Freitas, Augusto Carvalho, Amaury Muller, Hélio Duque, Vitor Buaiz, Raquel Capiberibe e Beth Azize.

Ainda antes de visitar o campo de Gaza, onde estão

ocorrendo enfrentamentos diários entre palestinos e soldados sionistas — o número de palestinos mortos já beira a 40 —, o deputado Valentin fez, por telefone, para a Tribuna Operária, um relato de como transcorria a visita.

"No dia de nossa chegada, os jornais israelenses noticiaram que a delegação brasileira não era bem-vinda pelo governo", conta o deputado carioca do PC do B. "Por outro lado, os palestinos nos receberam muito bem. Clamaram para que o mundo conheça e saiba das atrocidades cometidas no território de Gaza. Os campos de refugiados são cercados ostensivamente."

"No entanto", comenta o deputado, "os soldados de Israel fogem quando nossa delegação se aproxima. No primeiro dia de nossa visita, estivemos nos jornais palestinos e constatamos que mais de 50% de suas notícias são censuradas e se utilizam dos recursos de imprimir dois jornais para terem ao menos um publicado. Visitamos também duas mesquitas que foram invadi-

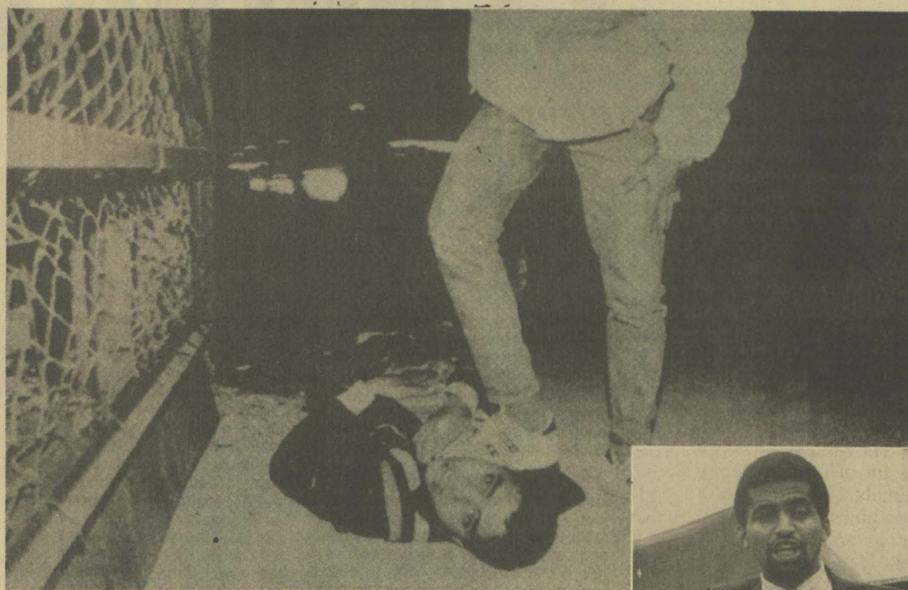
das e bombardeadas pelo Exército sionista. Uma delas estava lotada no momento do bombardeio. Não sabemos o número de mortos e de feridos".

"Em um campo de refugiados", continua Edmilson, "deparamos com um quadro catastrófico. Nele vivem 10 mil refugiados, servidos por apenas duas escolas. E o bombardeio na área é incessante, principalmente no horário das aulas. O objetivo dos sionistas é impedir as crianças de 10 a 15 anos de se reunirem nas escolas. À medida em que andávamos pelas ruas, era comum crianças fazerem o sinal 'V' com os dedos, o símbolo da vitória palestina sobre o sionismo."

DEFESA DA OLP

"Um outro aspecto que nos chamou a atenção foi o sentimento de defesa da OLP que o povo palestino tem em sua luta", prossegue o parlamentar comunista. "Isso apesar da intensa repressão — até falar em OLP pode dar em prisão nesta área. Chegamos ao ponto de comparar o campo de refugiados de Belém aos de 1945, em que os nazistas mantinham os judeus em condições sub-humanas. Neste caso, encontramos poucas diferenças com as atrocidades cometidas por Hitler e as perpetradas pelos sionistas".

Edmilson narra que "nos



Sob o pé do soldado sionista, um palestino capturado pelo Exército racista; na foto menor, o deputado Edmilson Valentin, do PC do B, que visitou Israel com a delegação brasileira

territórios ocupados foi decretada a 'prisão administrativa', ou seja, um AI-5 de nossa ditadura recente. Esta 'prisão administrativa' permite que qualquer pessoa seja presa por até seis meses seguidos. Algumas prisões são acrescidas da incomunicabilidade dos presos. Quando as visitas são permitidas, o sistema é de 15 em 15 dias. Estivemos com crianças presas pelo Exército que nos relataram as agressões que

sofreram".

Valentin encerrou a entrevista telefônica contando que "o ex-prefeito da cidade de Hebram nos disse que nos territórios ocupados não há eleições. Essas áreas são submetidas a um forte policiamento ostensivo. Em todos estes territórios os trabalhadores estão em greve geral desde 6 de dezembro. Uma loja que tentou abrir foi imediatamente incendiada. Existe também um pro-



cesso de desobediência civil. O povo palestino está boicotando os produtos de Israel. Sobretudo os cigarros e refrigerantes."

HAITI

Farsa eleitoral

Mais de 2 milhões, dos 2,8 milhões de eleitores haitianos não compareceram às urnas nas eleições presidenciais do dia 17 nesse pequeno país caribenho. Foi a forma do povo protestar contra o pleito viciado e violento, organizado sob estrito controle da ditadura do general Henry Namphy. Na primeira eleição, realizada em 29 de novembro, pelo menos 34 pessoas foram assassinadas durante a votação, o que levou ao seu cancelamento.

Apenas quatro candidatos — dos 14 iniciais — concorreram nesta segunda votação. No ano passado, dois candidatos foram assassinados pelos remanescentes dos totons-macoutes (a polícia terrorista secreta do ex-ditador Baby Doc). E os dois candidatos mais votados no domingo último, Leslie Manigat e Gerard Philippe Auguste, se adiantaram em defender a "lisura" do pleito.

A imprensa teve dificultado seu acesso à população durante a votação, mesmo quando

pretendia verificar denúncias de que, em algumas urnas os mesários já teriam contabilizado o total dos votos válidos oito horas antes do encerramento da votação! Em outros locais, havia apenas uma urna para votação, quando a legislação eleitoral determinava que houvesse uma urna para os votos a presidente, uma para senador, uma para deputado, e uma para vereador e prefeito.

Mesmo assim os candidatos apoiados pelos militares — Manigat e Auguste — consideraram que as irregularidades apontadas "não afetam a honestidade da votação".

E o presidente do Conselho Eleitoral, Jean Gilbert, escolheu a dedo para a função pelo general Namphy, contra todas as constatações, afirmou que "uns dois milhões" de eleitores compareceram às urnas. E alegou uma suspeita ignorância quando foi interrogado sobre denúncias de compra de votos, pessoas votando em mais de um local e seções eleitorais que nem chegaram a funcionar, mas entregaram suas urnas cheias para a apuração.

O novo chefe de governo "eleito" nessa farsa deve assumir a presidência dia 7 de fevereiro. Isso, é claro, se o resultado eleitoral for do agrado do general Namphy. E se o governo conseguir manter o povo sob suas garras.

Um posto eleitoral quase vazio na capital



CANADÁ

Utilizando-se de argumentos semelhantes aos que eram empregados há algum tempo pelas ditaduras militares da América Latina, e adotando comportamento francamente chauvinista, o governo canadense desencadeou nos últimos meses uma forte campanha de perseguições políticas e de arbitrariedades contra o líder do Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista (PCC M-L), Hardial Bains, procurando afastá-lo da vida política e se possível impedi-lo de continuar vivendo no país. A denúncia foi feita no último dia 12 pelo jornal "O Marxista-leninista", que publica declaração a respeito adotada no início do ano pelo 5º Congresso do PCC-ML.

Indiano de nascimento, Bains vive e trabalha há mais de 30 anos no Canadá. Jamais foi sequer acusado de qualquer delito contra a legislação do país. Solicitou seguidas vezes sua naturalização, um direito assegurado pelas leis do Canadá a qualquer imigrante que lá tenha se fixado em caráter permanente.

Entretanto, um item que se sobressai em seu currículo tem levado as autoridades a privá-

Ameaças ao líder comunista



Hardial Bains, dirigente do PCC-ML

lo sistematicamente do exercício deste direito. Ele foi um dos fundadores do partido marxista-leninista do Canadá, e tem sido o principal dirigente da organização desde que foi criada.

Por isso, cada tentativa de obter a cidadania de sua nova pátria foi vetada invariavelmente, algumas vezes com uma negativa formal, outras com o simples "esquecimento" do pedido.

Recentemente, porém, a discriminação assumiu caráter mais grave. Bains foi informado oficialmente de que sua última solicitação havia sido negada, por iniciativa do gabinete

do governo, e mais especificamente de um ministro, que considerou o líder comunista uma "ameaça à segurança nacional", dizendo basear-se em informes que se recusou a apresentar. O ato do governo assume proporções ainda mais sérias quando se sabe que a campanha de perseguições a Bains torna-se por vezes extremamente radical. Círculos reacionários já chegaram a pedir abertamente, inclusive em sessões da Câmara dos Comuns, sua expulsão do país, escusando-se sempre de apresentar justificativas legais para tanto.

Mas que tipo de ameaça aos interesses do Canadá poderia estar sendo exercido por Bains? A declaração aprovada no Congresso de seu partido é enfática ao analisar o assunto. "Nós reconhecemos de muita boa vontade — diz ela — que Hardial Bains e seu partido constituem uma ameaça ao sistema capitalista. Eles querem e trabalham por sua derubada, pela força". Em outros trechos, porém garante: "Isso entretanto não é suficiente para definir questões sobre segurança nacional ou critério de nacionalidade". Bains tomou posição aberta e publicamente pela independência completa do Canadá — para que se ponha fim à dominação estrangeira em todos os domínios, pela edificação de uma economia que se apoie em suas próprias forças contra qualquer participação numa aliança militar agressiva e em guerras injustas. Bains e seu

partido lutam pela unidade do povo canadense e se opõem ao desmantelamento do Canadá e a todo esforço para anexá-lo a outro Estado. De todas estas posições, qual representa ameaça à segurança nacional?"

As perseguições a Bains são ainda mais injustificáveis, analisa o documento, quando se observa que o Estado canadense faz vistas grossas a ameaças muito sólidas à segurança nacional do país. Sabe-se hoje, por exemplo, que as autoridades do pós-guerra admitiram que entrassem no país pessoas que elas sabiam serem criminosos de guerra, nazistas ou seus colaboradores. Ainda mais: há no Canadá correntes de opinião que defendem abertamente a transformação do país no 51º estado americano; e centenas de indivíduos que assumem esta posição ocupam cargos públicos importantes.

A declaração do Partido Comunista do Canadá se encerra de forma altiva. "As tentativas de intimidação fracassarão" — diz ele. As tradições de luta do povo canadense garantirão isso. Quanto à situação de Bains em relação à organização que lidera, o documento é categórico: "Declaramos que ele é um canadense, um comunista, membro do partido e seu dirigente. Só o partido, e não o governo ou quem quer que seja decidirá as tarefas e a frente de trabalho dele ou de qualquer outro de seus membros".

ARGENTINA

Democracia ameaçada pelas armas

"Senhor, meus pais são asturianos, meus avós eram galegos. Esta mescla de sangue não se rende". Após capitular sem disparar um tiro nas Malvinas, o ex-tenente-coronel Aldo Rico, continua reafirmando essa bravata, mas rendeu-se novamente, no último dia 18, após uma frustrada rebelião militar na Argentina.

Rico e seus colegas de insurreição foram presos. No enfrentamento com o efetivo do Exército leal ao chefe do Estado-Maior, general Dante Caridi, três soldados legalistas foram feridos. No total, 60 oficiais e 222 suboficiais foram detidos. O presidente Raúl Alfonsín correu para a televisão dizendo que "a democracia está consolidada, a

casa está de novo em ordem".

Não há dúvida: a insana tentativa dos torturadores e assassinos liderados por Rico frustrou-se. Mas a democracia

não está consolidada no país vizinho, e afirmações como as de Alfonsín podem levar a uma quebra da vigilância popular contra os inimigos da liberdade.



Os "caras pintadas" serviu do ex-tenente-coronel Aldo Rico

A começar que existem fatos não esclarecidos no episódio. Rico rebelou-se quando tanques iam buscá-lo em casa para ser levado a uma prisão. Pois bem, os tanques levaram treze horas pra fazer o trajeto do quartel à sua casa. Durante a rebelião, militares da Aeronáutica e da Marinha somaram-se aos rebeldes e tomaram de assalto o aeroporto de Buenos Aires. Mas estas Armas negaram-se a informar à imprensa os nomes e o número de seus comandados envolvidos na revolta. E quando perguntaram ao general Juan Ramón Mabragaña se o perigo de novas rebeliões estava afastado, sua resposta foi lapidária: "Se eu soubesse, compraria um bilhete de loteria"...

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo

Anual (52 edições) Cz\$ 2.500,00
Anual popular (52 edições) Cz\$ 1.250,00
Semestral (26 edições) Cz\$ 1.250,00
Semestral popular (26 edições) Cz\$ 625,00
Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo
CEP. 01318

CDM

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Convocado o 7.º Congresso do PC do B

Está convocado o 7.º Congresso do Partido Comunista do Brasil — PC do B — que comemora, em 25 de março próximo, 66 anos de existência. Esta foi a principal resolução da última reunião da direção nacional do partido, nos dias 15, 16 e 17 deste mês. O encontro será em São Paulo, no mês de maio. Desde a sua fundação, em março de 1922, este será o primeiro congresso a se realizar na legalidade. Ao lado desta convocação, o partido também analisou a situação política nacional e internacional, tendo em vista especialmente os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a ameaça de retrocesso patrocinada pelo "centrão", a gravíssima situação econômica em constante deterioração e a ampla campanha internacional contra o movimento comunista.

O "CENTRÃO" E A FIESP

Ao debater a conjuntura política nacional, a reunião do PC do B — que nesta ocasião contou com a presença de vários dirigentes regionais e parlamentares convidados — teve-se na análise da atividade do "centrão" e suas repercussões. A conclusão é de que se trata de uma articulação do grande empresariado monopolista ligado ao capital estrangeiro, monitorado a partir da Fiesp, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Com o desenvolvimento dos fatos verificou-se que o "centrão" não é propriamente uma articulação do Palácio do Planalto, mas ao contrário, cooptou para suas posições Sarney e sua *entourage*. O atual governo, segundo a aná-

lise consolidada nesta reunião, é inoperante, corrupto, incompetente, sem base política própria no Congresso, repudiado pela esmagadora maioria do povo, com o respaldo apenas do reduzido grupo palaciano e dos militares. No plano econômico, constatou-se a capitulação vergonhosa do Brasil frente às pressões dos grandes banqueiros internacionais e do FMI, o crescimento vertiginoso do déficit público 50% maior que o de 1986, a projeção catastrófica da elevação da inflação, calculada em 16% em janeiro, 17 a 18% em fevereiro e 19 a 20% em março, segundo previsões oficiais. As perspectivas apontadas na discussão são de aprofundamento acelerado dos fatores de crise, que pode resultar em grandes convulsões sociais e políticas.

Diante deste quadro e principalmente tendo em vista a atividade reacionária do "centrão" no sentido de liquidar os direitos e conquistas democráticas consagrados, mesmo que restritas, no projeto da Comissão de Sistematização, os dirigentes do PC do B estão propondo uma grande mobilização política nacional, em todos os níveis de organização do povo, desde seus sindicatos, associações de moradores, organizações profissionais etc., para denunciar com força as manobras do "centrão" e de todos aqueles constituintes que estão votando contra o povo. Vários exemplos concretos de manifestações populares já se fazem ouvir no plenário da Constituinte, pressionando os parlamentares comprometidos com a corrupção.



A reunião da direção nacional, com a participação de convidados, analisou a situação política do país

O 7.º CONGRESSO

Em relação ao processo eleitoral deste ano, a reunião do PC do B iniciou a discussão da tática eleitoral a ser encaminhada ao conjunto do partido. Foi vista a necessidade de projetar o partido com candidaturas próprias e ao mesmo tempo procurar a construção e o fortalecimento da unidade das forças progressistas e acerto de coligações eleitorais.

Mas foi em torno do congresso do partido que a reunião concentrou seus esforços. A direção nacional estará enviando a todas as instâncias partidárias, nos próximos dias, os temas básicos para discussão, divididos funda-

mentalmente em duas grandes questões: o balanço político da atividade dos comunistas, desde o 6.º congresso até agora, e uma análise da construção do partido do ponto de vista organizativo. O congresso aprovará também o programa e os estatutos e elegerá a nova direção nacional.

A reunião dos dirigentes comunistas também destacou que o congresso se desenvolverá numa quadra de intensos ataques ao movimento comunista internacional e, por outro lado, numa situação em que o povo encontra dificuldades em transformar sua insatisfação em mobilização e força organizada.

O 7.º Congresso se dará num momento de fortalecimento do Partido Comunista do Brasil, coroando um processo de ampliação de sua influência política. Na última edição da *Tribuna Operária* constatou-se a incorporação de 60 mil filiados ao partido. Na reunião, poucos dias depois, este número já alcançava 72 mil. Os comunistas foram brindados, em sua atividade recente de filiação, com a simpatia e o desejo de participação política dos setores mais avançados do movimento popular e operário. Em São Paulo, chegou-se a mais de 10 mil filiações. No Pará, foram 3.650; no Maranhão, mais 3 mil; no Mato Grosso,

3.105. Na Bahia, em apenas 45 dias de campanha, o partido conseguiu filiar 9 mil membros, atingindo 46 municípios. Até o final da campanha, Elias Ramos, da comissão regional provisória, estima que serão filiadas mais 6 mil pessoas, garantindo ao PC do B na Bahia a cota exigida para o registro definitivo.

Ao cabo da reunião, ficou acertado que o partido deverá convidar para o Congresso delegações de partidos irmãos, de vários países. Ao final, será realizado um ato internacionalista, em Brasília, para o final serão convidados também movimentos de libertação nacional.

MINISTÉRIO

Aníbal sai, mas a corrupção continua

Sem dar "os nomes aos bois", conforme havia prometido, Aníbal Teixeira, deixou, no último dia 19, o Ministério do Planejamento, sendo substituído no cargo por seu colega mineiro João Batista Abreu, secretário da Fazenda do governador Newton Cardoso.

É mais um episódio obscuro, em que o governo Sarney sai mais enlameado. Dias antes de sair do ministério, Teixeira confessou haver "corrupção no governo". Foi mais longe: afirmou que o presiden-

te José Sarney e seu genro, Jorge Murad, e o secretário-geral do seu próprio ministério, Michal Gartenkraut, estavam envolvidos em negociatas escusas. Mesmo assim Sarney manteve-o no cargo e ainda lhe disse; "Aníbal, fique firme, que isso é da guerra..."

Na terça-feira, dia que Aníbal prometera dar o nome dos corruptos no governo, pediu demissão. E não conseguiu rebater as acusações de que ele também, Aníbal, é corrupto, e portanto digno de estar no pri-

meiro escalão do governo Sarney.

O ex-ministro pretende agora candidatar-se à prefeitura de Belo Horizonte. E vangloriou-se de ter enriquecido ao longo de sua carreira política, arrotando possuir mais de mil lotes, quatro fábricas e dois aviões!

Naturalmente, tudo negócio limpo. Tão limpo quanto uma concorrência organizada por Aníbal para uma obra sugerida por um primo seu para o município de Valença, no Rio

de Janeiro. O primo ganhou a concorrência.

Também um irmão seu, Asdrúbal, é acusado de intermediar recursos do governo para beneficiar alambiques e forçar prefeitos a realizarem negociatas em troca de "obras" no Ministério da Fazenda. "Asdrúbal vive sempre inventando coisas", se limitou a dizer o ex-ministro.

LEITE DAS CRIANÇAS

O principal foco de denúncias de corrupção contra Aníbal é a Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac). A essa secretaria cabe a distribuição de leite às famílias necessitadas — um programa demagógico criado por Sarney. Pois bem, agora essa secretaria poderá ser transferida para o Ministério da Habitação, onde ficará sob responsabilidade direta do ministro Prisco Viana — a quem Sarney deve considerar pessoa de reputação ilibada.

As denúncias de corrupção feitas por Aníbal, as denúncias de corrupção contra Aníbal, e a sua saída do ministério sem que nada fosse apurado, segundo Ulysses Guimarães, não colocaram o governo sob suspeita. O multipresidente considerou o episódio "um ato de rotina em qualquer país democrático".

E pelo jeito é coisa rotineira mesmo. Pois como afirmou "em tom de desabafo" um colega de ministério de Aníbal, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, "a corrupção no Brasil tem a idade do país, que vive uma crise sem precedentes".

LADRÃO NA CADEIA

E a ficha do substituto de Aníbal no ministério, João Batista Abreu, não é desses de deixar um brasileiro tranquilo. Ele serviu ao Ministério da Fazenda à época da ditadura militar — a campeã da corrupção da História do Brasil, ao menos até o advento da Nova República. Exerceu inclusive função de confiança à época em que era ministro o sinistro Delfim Netto (o da "embaixada 10%" e de outras atuações fraudulentas).

Agora, João Batista Abreu saiu da Secretaria da Fazenda do governo Newton Cardoso — outro primor de administração pública envolvida em um sem-número de escândalos e denúncias — e vai ser colega de ministério de Antônio Carlos Magalhães, outro cidadão acima de qualquer suspeita...

Mas o deputado Francisco Kuster, do PMDB de Santa Catarina, fez eco à indignação popular sobre o episódio: "A nação cobra e nós, os representantes do povo, devemos exigir que a verdade venha a público. Se existem ladrões, que sejam trancafiados na cadeia e tenham os seus bens confiscados". Ele lembrou que quando Aníbal Teixeira era deputado estadual "ele tinha apenas a metade de uma casa e, hoje é dono de um patrimônio que inclui fábricas, 2.500 lotes de terra, 500 tratores e caminhões, vários imóveis e até avião".

ASSASSINATO DE FELIPE

Punição para os criminosos

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado ao Ministério da Justiça, solicitou informações ao governador do Pará e ao prefeito de Xingua sobre o assassinato do líder sindical Felipe Soares de Souza, atendendo a pedido da deputada estadual Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro.

Também a Câmara Municipal de Porto Alegre pronunciou-se sobre o assassinato, aprovando moção de repúdio ao crime apresentada pela ve-

readora Jussara Cony, do PCdoB.

Felipe, camponês e dirigente do PCdoB em Xingua, foi assassinado dia 17 de dezembro. Três pistoleiros invadiram sua casa e o mataram, diante de sua mulher e seis filhos.

Segundo o moção aprovada na Câmara de Porto Alegre, a morte de Felipe "veio em função da luta que sempre desenvolveu na defesa dos pequenos produtores rurais e dos camponeses sem terra. A região

Sul do Pará vive uma verdadeira "guerra não reconhecida" e que exige medidas urgentes do governo para pôr termo às mortes que se avolumam".

Adiante, diz a nota: "Com a certeza de que a violência no campo só terá fim quando se acabar com o latifúndio através de uma verdadeira reforma agrária, espera esta Câmara, de momento, que as responsabilidades por este crime sejam apuradas e os criminosos punidos".

MILITAR

Manobra dos direitistas

O advogado do capitão Luiz Fernando Walther de Almeida, Osmann de Oliveira, pretende que seu cliente fique em liberdade até que seu caso seja analisado pelo Superior Tribunal Militar. Busca assim tirar da prisão o militar que, à frente de 60 soldados, invadiu a Prefeitura de Apucarana, interior do Paraná.

Não há o que justifique tal medida. O capitão não teve um julgamento duvidoso. Assim como não há dúvidas de

que ele cometeu o crime — não só se deixou fotografar, como ele mesmo buscou justificar sua atitude insana como um meio de "protestar contra os baixos salários" dos militares.

Ao tempo em que o advogado prepara recurso contra a sentença, os setores de direita buscam alegar uma pretensa "injustiça" da sentença e cobrar do governo a "anistia" para o criminoso. Foi divulgada, inclusive, uma obscura nota atribuída ao Partido Socia-

lista Brasileiro, seção do Rio Grande do Sul, protestando contra a condenação do capitão, a quem qualifica de "bravo oficial".

O crime cometido pelo capitão não teve nada de bravura. Pelo contrário, assaltou, armado, um poder civil, e ameaçou funcionários civis desarmados. Trata-se de um "radical de extrema direita", como muito bem foi qualificado durante seu julgamento. Um homem desses, solto é uma ameaça aos brasileiros.



Aníbal sai do governo Sarney, fazendo o papel de honesto

O governo ataca a produção nacional

A "Tribuna Operária" consultou, poucas horas após a reunião do CONIN, dois especialistas em informática, Ezequiel Dias, representante dos profissionais de processamento de dados no órgão, e Marcos Gomes, coordenador do Centro de Comunicação Social do Serviço Federal de Processamento de Dados. Através das informações prestadas por eles, foi possível montar um quadro sobre a decisão da última quinta-feira e suas consequências para a indústria nacional.



A decisão do Conin atinge em cheio a indústria nacional de computadores...

Uma gravíssima concessão às pressões do governo americano, que põe em risco o avanço obtido até agora pela indústria brasileira de informática e representa um grande desestímulo ao desenvolvimento tecnológico do país. É esse o significado preciso da decisão tomada na última quarta-feira pelo Conselho Nacional de Informática-Conin, que autorizou a comercialização em território nacional do sistema operacional para microcomputadores MS-DOS, produzido pela empresa americana Microsoft.

O Conin referenda a decisão do Planalto

O Conin, na prática, limitou-se a referendar uma posição já adotada previamente no Palácio do Planalto. A decisão favorável ao sistema operacional americano foi tomada por 16 votos contra 6, 14 dos 16 que compuseram a maioria são ministros de Estado do governo Sarney. O presidente, por sua vez, nada mais fez do que dobrar-se diante da autêntica chantagem internacional promovida pelo governo do presidente Reagan

e pelas multinacionais americanas da área de informática nos últimos meses. Essas multinacionais estão determinadas a impedir que continue a se desenvolver no Brasil uma indústria autônoma no setor e, sagazes, escolheram como primeiro alvo de seus ataques a produção brasileira de programas para computador, também conhecidos como software.

A nível internacional, boa parte dos investimentos materiais e humanos feitos hoje pelas empresas de informática concentram-se não na produção de equipamentos (computadores e microcomputadores), mas no desenvolvimento de programas.

É uma fonte generosa de lucros. A Microsoft, por exemplo, cobra 35 OTNs (aproximadamente 20 mil cruzados) por um simples disco magnético de pouco mais de 13 cm. de diâmetro gravado com o programa MS-DOS. Uma vez desenvolvido o programa, milhões de cópias podem ser obtidas a custos francamente irrisórios.

O software, no entanto, é indispensável para que os

computadores operem. E entre os vários tipos de software, os sistemas operacionais têm destaque particular. Eles fornecem à memória das máquinas compatíveis com a tecnologia IBM-PC informações fundamentais para que ela possa utilizar outros tipos de programa. Sem programas de sistema operacional, esse tipo de computador — o mais utilizado pelas empresas brasileiras — não passa, portanto, de equipamento eletrônico inútil.

O Brasil engatinha na produção de software

A indústria nacional de informática desenvolveu-se rapidamente na produção de equipamentos, mas ainda engatinha no desenvolvimento de software, por razões perfeitamente compreensíveis. O uso do computador difundiu-se entre nós com certo atraso em relação às nações mais desenvolvidas e obviamente é necessário, primeiro, que o país possua um grande número de máquinas e usuários, para que então se formem os profissionais que irão desenvolver pro-

gramas para cada uso específico da informática.

Mas mesmo enfrentando os problemas oriundos da falta de experiência, há alguns anos técnicos brasileiros contratados por firmas nacionais têm se dedicado à criação de software nacional. Os progressos foram rápidos. Em pouco tempo, por exemplo, a empresa "Scopus" desenvolveu o "Sisne", um sistema operacional considerado tão ou mais eficiente que o MS-DOS americano em sua versão 3.2.

É preciso proteção contra os monopólios

Por certo, este esforço nacional de desenvolvimento tecnológico precisa de proteção legal. As empresas brasileiras de porte médio e de experiência apenas razoável que atuam no setor serão literalmente massacradas se o mercado do país estiver aberto à livre atuação dos gigantes mundiais do ramo, como a Microsoft.

A "Lei do Software, aprovada no fim do ano passado, garantiu certo grau de proteção. A exemplo do que já ocorria na área de produção de equipamentos e em quase todos os setores da economia, ela estabeleceu que o país não importaria programas de computador que já tivessem similar nacional.

Pouco depois da aprovação da lei, no entanto, o governo americano passou a pressionar as autoridades brasileiras para que permitissem a entrada de software importado no país. Utilizou-se de uma representação feita nos Estados Unidos pela Microsoft, que dizia estar sofrendo prejuízos com a proibição de venda no MS-DOS 3.2 no Brasil. E ameaçou impor altas taxas alfandegárias sobre os produtos brasileiros exportados aos EUA se nossa política de informática não fosse alterada.

Na reunião de quinta-feira passada, o governo brasileiro

O que é software

É possível dizer, a grosso modo, que os computadores e microcomputadores são constituídos de duas partes. A primeira parte é a máquina, o equipamento em si, um conjunto de circuitos eletrônicos, e microprocessadores sofisticados com capacidade para executar tarefas básicas. É a esse equipamento que as publicações se referem, quando utilizam o termo inglês hardware.

O hardware sozinho, no entanto, não é capaz de prestar qualquer auxílio à atividade humana. É como um carro sem motorista. Para que ele se capacite a realizar tarefas específicas, é imprescindível o emprego

de programas, software em inglês. Os programas são o cérebro da máquina, e dão ao computador as informações necessárias para que ele realize uma série de tarefas tão amplas e diversificadas como organizar arquivos, realizar operações matemáticas incrivelmente complexas, realizar a edição de textos, automatizar a contabilidade das empresas, desenhar, compor música, jogar xadrez ou pronunciar palavras ou pequenas frases.

O software é comercializado sob a forma de discos magnéticos rígidos, de fitas magnéticas, ou de pequenos "disquetes" magnéticos.

mostrou a que ponto é submisso diante dessas pressões. Na reunião do Conin foi mantida a proibição da venda do MS-DOS 3.2 no país, mas em compensação foi inteiramente liberada a comercialização de sua versão mais atual, o MS-DOS 3.3.

A atitude do governo e do Conin é rigorosamente ilegal. Ezequiel Pinto Dias, da (SERPRO), garantiu à "Tribuna Operária" que o MS-DOS 3.3 é idêntico, em suas características fundamentais, ao MS-DOS 3.2 e ao Sisne nacional. Os recursos que incorpora são absolutamente secundários. "É como se alguém justificasse a importação de um carro estrangeiro alegando que ele possui um rádio que não está incluído em sua versão nacional", diz ele.

Além disso, a indústria brasileira já está capacitada inclusive para produzir programas com as mesmas características da nova versão do MS-DOS, como chegou a admitir o próprio ministro Mailson da Nobrega, a quem coube propor na reunião do Conin a autori-

zação à venda do software americano.

A decisão é ainda mais grave porque é um símbolo da nova atitude das autoridades brasileiras. "Se o MS-DOS foi liberado, quem garante que o mesmo não acontecerá com qualquer programa americano, desde que o governo pressione o Brasil. E se a entrada desses programas for franqueada, que estímulo haverá para os altos investimentos necessários à produção de software brasileiro?" pergunta Marcos Gomes, do Serpro.

O ato do Conin, portanto, serve de alerta. Se os brasileiros que lutam pela independência do país estão realmente dispostos a resguardar a indústria de informática, iniciante porém briosa, que surgiu no país nos últimos anos, terão de redobrar as forças e a atenção a partir de agora. Foi-se definitivamente o tempo em que se podia contar com certo apoio oficial. A atitude vergonhosa do dia 20 demonstra de forma cristalina que o governo agora é a própria quinta-coluna.

(Antonio Martins)

BRDESCO

Lucro de Cz\$ 31 bilhões em 87

É revoltante a choradeira dos banqueiros à mesa de negociações com os trabalhadores quando se observa a performance deste setor na economia. O Bradesco, maior banco privado do país, divulgou na semana passada o seu balanço de 1987. Segundo suas informações (quase sempre tendenciosas), o banco registrou um lucro operacional

de Cz\$ 31,195 bilhões. Já o lucro líquido foi de Cz\$ 15,27 bilhões — o que representa um crescimento de 293,5% em relação ao ano anterior.

Essa alta lucratividade foi alcançada em detrimento da economia brasileira. Afinal, expressam o pouco investimento produtivo, com lucros sendo adquiridos através dos juros escorchantes, do aumen-

to da dívida interna e da inflação. Em compensação, os trabalhadores recebem salários baixos e são vitimados com demissões em massa. O Bradesco, por exemplo, é um dos que menos respeitam os direitos dos bancários. A rotatividade atinge grande parte dos funcionários da instituição — que emprega cerca de 147 mil trabalhadores.

BALANÇA COMERCIAL

Os números da espoliação

A balança comercial do Brasil registrou um superávit de 11,152 bilhões de dólares no ano passado, superando em 33,75% o resultado de 1986. As exportações somaram 26,213 bilhões de dólares

contra US\$ 15,061 bilhões em importações. Uma performance que encantou as classes dominantes brasileiras, mas que para o povo é sinônimo de sacrifício e sofrimento.

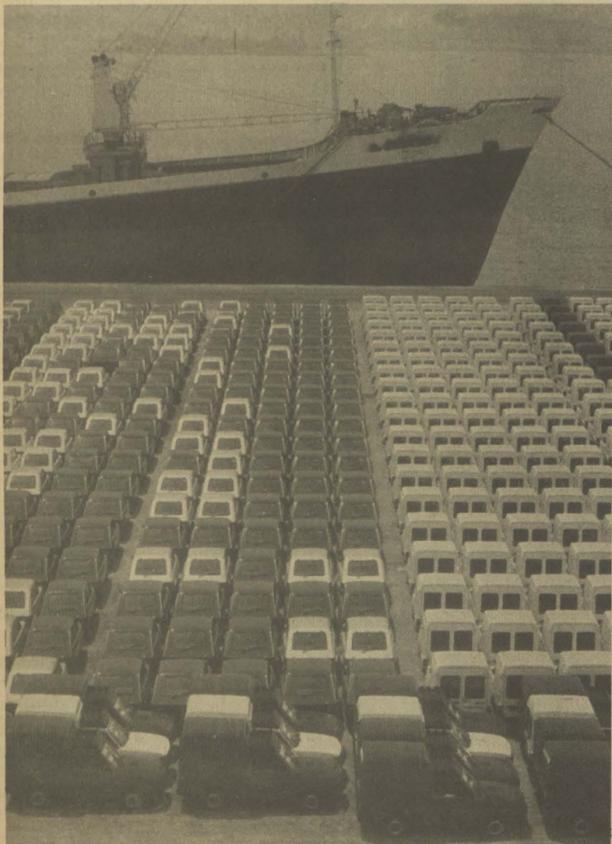
Com efeito, a imensa quan-

tidade de mercadorias produzidas pelos operários brasileiros, exportadas além do que é importado, são enviadas ao exterior em última instância gratuitamente, sem que a nação receba um só tostão em troca. Os dólares arrecadados servem, em sua totalidade, para pagar juros, lucros e outros rendimentos aos grandes capitalistas estrangeiros. Nessas condições, por meio do saldo comercial os banqueiros e magnatas dos países imperialistas realizam a apropriação do trabalho suado de milhões de assalariados brasileiros.

Com isto, também opera-se no nosso país um arrocho profundo do consumo interno, num mecanismo perverso que consiste em retirar da população o desfrute de produtos que, a título de excedentes, são destinados ao mercado externo. Um bom exemplo é o das carnes (de boi, inclusive industrializada, e frangos), que em 1977 rendeu nada menos que 647 milhões de dólares aos exportadores. O resultado da balança comercial evidencia ainda o poder de fogo do imperialismo no setor exportador. Basta lembrar que, em 1986, em função de uma modesta resistência do governo aos banqueiros, os monopólios realizaram um movimento de boicote às exportações que, em parte, explica a queda do saldo comercial e mesmo o déficit da balança no último trimestre daquele ano.



...em que tem papel de destaque a estatal Cobra



Exportações, a serviço da rapinagem do capital estrangeiro

VENHA "PANELAR" EM SALVADOR

Salvador é sol, é mar, é alegria, é beleza...
Salvador é música!
Em Fevereiro, Salvador vira Carnaval!
A melhor forma de brincar o Carnaval de Salvador é no PANELA VAZIA, o bloco mensagem, o bloco de luta, o bloco poesia.
O PANELA é uma forma bonita e gostosa de satirizar, de criticar os poderosos e a situação do povo sem perder o charme, a alegria, o jeito solto e gingado do Carnaval da Bahia.
É um dos blocos mais baratos, sem com isso perder a qualidade que lhe garantiu o título de campeão de 87 e diversos outros prêmios.
O PANELA é integração, é amizade, é um bloco onde um sentimento, um axé muito grande, de repente une todo mundo na maior solidariedade. O PANELA é paz. São milhares watts de potência a serviço de sua alegria e do delírio coletivo sem igual que é o Carnaval da Bahia.



FAÇA SUA RESERVA JÁ! Nossos preços: até dia 07/12 - Cz\$ 2.900,00 - a partir de 08/12 - Cz\$ 3.450,00 à vista ou em prestações MAIORES INFORMAÇÕES FONE (071) 243-6492

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CARNAVALESCA

PANELA VAZIA

Centro de Documentação e Memória

"O POVO BRINÇA, MAS COM O POVO NÃO SE BRINÇA"

LEIAUTE - Fone: (071) 255-0117

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A verdadeira face de Rambo

O tenente-coronel Aldo Rico — chamado elogiosa ou pejorativamente de Rambo da América do Sul — acaba de participar de mais uma aventura golpista na Argentina. Há alguns meses ele tinha participado de outra sublevação, sufocada pela imediata mobilização popular que heroicamente, cercou o quartel onde os fascistas se concentravam. O episódio revela como a praga militarista ameaça a sociedade.

CASTA SUPERIOR

Rico, ou Rambo, estava em prisão domiciliar, coisa já incompreensível, tratando-se de elemento tão perigoso. Se fosse um civil, que fizesse não uma sublevação, mas tivesse a ousadia de falar meia dúzia de desaforos a um sargento qualquer, o tratamento seria outro.

O fundo da questão que este delinquente fardado defende alguns conceitos muito caros aos generais não só argentinos mas latino-americanos em geral. Ele pensa que o militar é superior ao civil, tido como menos capaz e carente de uma tutela. Considera também as Forças Armadas como instituição que se sobrepõe ao poder político. E, por cima de tudo, faz do que chama "honra militar" justificativa para qualquer atitude dos comandantes e, por consequência, de seus subordinados no cumprimento das ordens mais absurdas. Por isto, não aceita o julgamento dos oficiais, por exemplo, no caso das torturas e assassinatos.

Mas não é só isto. Rambo mostra também a arrogância ensinada nos quartéis. Pomposamente, com farda de campanha, portando equipamento bélico pesado, arrotando valentia, promete "combater até o fim". Mas com uns três disparos de fuzil, no lugar do gigante guerreiro aparece um rato covarde, que se rende sem luta. Foi assim nas Malvinas e foi assim agora, em Monte Caseros. A coragem é apenas diante de cidadãos indefesos, pendurados no pau-de-arara ou de adversários em gritante inferioridade.

PUNIÇÃO SELETIVA

Na Argentina, devido ao alcance do movimento de massas, e da luta armada contra a ditadura, foi possível levar aos tribunais os principais comandantes das torturas e assassinatos. Mas os protestos dos fascistas forçaram a aprovação de uma lei que perdoa os assassinos de escalões inferiores, com a desculpa de que estavam "cumprindo ordens". No Brasil, nenhum torturador foi punido, como aliás nenhum corrupto. Alguns facínoras continuam inclusive em plena atividade e até foram promovidos.

Tanto lá como aqui e em outros países latino-americanos, as conspirações golpistas são tratadas com a maior benevolência pelos governos e pelos comandos militares. Só a insubordinação de democratas, contra atentados à liberdade, é considerada, rigorosamente, como quebra da disciplina militar. Mais do que isto, estes casos são inclusive excluídos de anistia, como ocorre com os marinheiros que se opuseram ao golpe em 1964 e até com militares que participaram do levante de 1935.

Esta situação mostra que a burguesia, em marcha batida contra a história, não consegue cumprir nenhuma de suas promessas democráticas. E, por isto mesmo, não pode dispensar o argumento armado para estabelecer o Estado autoritário que lhe interessa. É conveniente com o militarismo. Vale lembrar as declarações de amor de Sarney, dizendo que no Brasil, as Forças Armadas representam a principal garantia da chamada transição democrática. Só um movimento popular, que transforme em profundidade a estrutura do país, é capaz de pôr fim a esta doença. (Rogério Lustosa)

A volta de Brasilino

"Brasilino", o personagem criado em 1961 pelo economista Paulo Guilherme Martins, está de volta. É agora tema de um outro livro, "O que é necessário saber sobre um dia na vida do Brasilino", de João Batista Berardo, lançado nesta sexta-feira, dia 22, na livraria Vitória, em São Paulo.

"Brasilino", sem dúvidas, tornou-se uma figura bastante conhecida. O pequeno livro lançado por Guilherme Martins somou uma tiragem de aproximadamente 500 mil exemplares, uma marca rara no Brasil. A obra atraiu a ira dos militares e deixou de circular no país a partir de março de 64. Os generais golpistas proibiram a sua reedição.

Não é um personagem estranho. Será identificado de maneira fácil e imediata pelo leitor. "Brasilino", como diz seu autor, "é um homem qualquer, que mora num apartamento qualquer, numa cidade qualquer", que inicia o dia pagando dividendos ao capital estrangeiro. Quando acende o seu primeiro cigarro é um "Minister, ou Hollywood, um desses da 'Cia. Souza Cruz', que não é do Sr. Souza e muito menos do Sr. Cruz, mas, sim, da 'British, American Tobacco Co.', um 'trust' anglo-americano do fumo". Ao escovar os dentes, utiliza uma escova "marca 'Tek', da 'Johnson & Johnson do Brasil' (que na verdade é americana) e a pasta dentifífrica 'Koly nos', com clorofila, da 'Whitehall Laboratories of New York'".

O dia todo dando lucro às múltis

Ao fazer a barba, "toma do pincel, feito com fios de Nylon, da 'Rhodia' — que é francesa —, enche-o com creme de barbear 'Williams', que é americano. Ensaboado o rosto, Brasilino toma seu aparelho 'Gillette Safety Razor do Brasil'". E, assim, a toda hora, sem que perceba, vive "pagando dividendos ao capital estrangeiro". Por isto é que "é um homem qualquer", ou melhor, um brasileiro qualquer.

O livro "O que é necessário saber sobre um dia na vida do Brasilino" foi dividido pelo seu autor, João Batista Berardo, em duas partes. Na primeira, ele reproduz, de forma atualizada, a obra originalmente escrita por Paulo Guilherme Martins. Na segunda, intitulada "O que acontece neste país?", Berardo faz uma contundente denúncia acerca do domínio da economia brasileira pelas multinacionais.

Para o autor, cerca de 65% da economia nacional encontram-se nas mãos de capitalistas estrangeiros. O índice de desnacionalização atingia a 6% até 1944 e evoluiu para 19% no governo Juscelino Kubitschek, 21% com João Goulart e galopou sem rédeas durante o regime militar até chegar à marca atual.

Os tentáculos dos monopólios alienígenas estão fincados em todas as áreas de produção e distribuição. Por exemplo, o capital estrangeiro "detém seguramente 58 milhões de hectares de terras, ou seja, 12% de todas elas plenamente agriculturáveis e não aproveitadas. Estes 58 milhões de hectares — dos quais 38 milhões estão na Amazônia Legal, parte do Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, norte de Goiás, Mato Grosso e territórios do Amapá e Roraima —, de terras das melho-

JOÃO BATISTA BERARDO

BRASILINO

O Que é Necessário Saber Sobre Um Dia na Vida do Brasilino



Prefácios de:
General Antonio Carlos de Andrada Serpa
Prof. Luís Carlos Raya
Dr. Sócrates Brasileiro S. de S. Vieira de Oliveira



Os livros de Berardo e Guilherme Martins (9ª edição), denunciando a espoliação do Brasil pelas empresas imperialistas

res qualidades e padrões, além de bem localizadas, representam a soma dos Estados sulinos juntos: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná".

Nossas terras já foram alienadas

Há outras fontes que elevam o total das terras possuídas por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras a 76,4 milhões de hectares. "Recebem as terras praticamente de graça, a preço irrisório, simbólico e mais polpudos e cretinos incentivos fiscais. Incentivos fiscais embolsados, desviados ou roubados e não aplicados devidamente. Criaram-se novas capitânias hereditárias ociosas e como simples reserva para valorização", observa João Batista Berardo, depois de acentuar que, "de todos os latifúndios estrangeiros, apenas, no máximo, 5% estão sendo aproveitados e movimentados, se tanto".

Um caso exemplar do latifúndio das multinacionais, "por extensão e imprudente", que ele cita, "no rol dos vergonhosos", é o pertencente à "Aplub, Agro-Florestal da Amazônia, cadastrada no Incra com 2.245.622 hectares, extensão territorial maior que o Estado de Sergipe ou de quase 1.000 municípios brasileiros juntos de tamanho médio. A Aplub mineração reúne 24 propriedades nos municípios de Caruaru e Jataí, no Estado do Amazonas, sendo dominada pelo grupo do Bank of America e que não emprega mais do que 148 pessoas (...) Iguais à Aplub existem muitas e muitas espalhadas pelo Brasil".

Outro setor de grande importância estratégica submetido ao controle perverso do capital estrangeiro é o da mineração. "Mais de 40% das concessões minerais pertencem a empresas estrangeiras e isto declaradamente", nota o autor de "O que é necessário saber sobre um dia na vida do Brasilino".

As múltis detêm nada menos que 8.342 das 20.673 concessões. "E suas concessões são as melhores e as mais ricas". Nessas condições, "a Amazônia praticamente se desagregou do território brasileiro, tornando-se solo e subsolo estrangeiro".

Citando relatório elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, segundo o qual "com 473 empresas os grupos estrangeiros têm direitos sobre 38,1% de uma extensão equivalente a 1.053.403 quilômetros quadrados, cerca de 12% do território", Berardo nota: "Isto como é óbvio se refere estritamente a multinacionais declaradamente como tais e se houver uma soma das supostamente nacionais, com nomes trocados ou

UM DIA NA VIDA DO BRASILINO

paulo guilherme martins



9ª edição

com testas de ferro, o percentual vai muito longe".

— É necessário fazer uma análise e uma interpretação destes dados e destes números. Como as províncias minerais que possuímos não estão em todas as partes e locais, mas sim em determinadas regiões, mormente a Amazônia, o significado é que duas terças partes do subsolo brasileiro não são mais nossos e sim do capital estrangeiro, do mundo imperialista e colonialista. Enfim, o Brasil foi repartido em múltiplos sentidos e aspectos. A invasão geralmente às escondidas vai se completando e o cerco vai se fechando e chegamos ao limite máximo.

A detenção e controle de jazidas e minas por parte dos trusts e cartéis internacionais se distribui, aproximadamente, da seguinte forma: magnésio — 95%; nióbio — 75%; níquel — 85%; prata — 98%; diamantes — 95%; amianto — 93%; ferro (só no Estado de Minas Gerais) — 65%.

Controle de 85% da produção de ouro

Quanto à produção do ouro, conforme informações do Ibram, "em 12 empresas, apenas duas são nacionais. E se vê, então, claramente que o ouro não é do Brasil, permanecendo a situação atual (...) O controle do ouro por estrangeiros é de 85%".

Nada menos que 85% das reservas conhecidas de bauxita na Amazônia estão sob o domínio do capital estrangeiro. "Para o total do nosso território, a situação é idêntica. O resultado final — um triste resultado — é que para o próprio Brasil sobraram apenas 15%". Desta forma, "o Brasil possui 14,4% das reservas conhecidas mundialmente de bauxita e só entra com 1,4% na produção, porém em jazidas que não são dele".

Mesmo no setor da informática, motivo de um feroz ataque do imperialismo que deseja dominar também o mercado de microcomputadores, a presença das multinacionais é expressiva. A IBM, por exemplo, detém nada menos que 80% do mercado brasileiro de computadores de grande porte.

No ramo farmacêutico, onde até a década de 40 o Brasil dispunha de autossuficiência, atualmente o controle do capital estrangeiro é quase completo, abocanhando 88% do mercado e faturando cerca de 2 bilhões de dólares por ano. "Os laboratórios estrangeiros chegam a proibir a presença de técnicos e operários brasileiros em determinadas fases da produção de um remédio, feitas em segredo", como observou Berardo.

Ele salienta que "as multinacionais pagam pouco ou nada em

país onde estão hospedadas em relação ao que recebem os trabalhadores de suas sedes. Assim, como simples exemplo, temos o caso da Good Year, cujos operários nos Estados Unidos ganham oito vezes mais do que os brasileiros que aqui para ela trabalham e estes por cima de tudo ainda produzem três vezes mais que os norte-americanos".

Porém, a mentalidade das classes dominantes brasileiras sempre foi vergonhosamente subserviente em relação aos interesses do capital estrangeiro, sendo comum manifestações como a do ex-ministro do Planejamento nos governos Médici e Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, para quem os salários dos operários brasileiros não podem ser altos, tinham que ser mantidos em um nível baixo para atrair as multinacionais.

Sangria desatada de nossas riquezas

Em consequência do domínio exercido pelos monopólios alienígenas "as riquezas nacionais economias mais vitais do Brasil seguem anualmente, em quantias impressionantes para o exterior, numa sangria contínua. E isso cerceia a possibilidade de nosso progresso, de nosso desenvolvimento, enfim de nossa soberania".

O autor calcula que a transferência de riquezas brasileiras para o exterior atinge aproximadamente 31 bilhões de dólares por ano, sendo que "em pagamento de juros, comissões, garantias ('spread'), etc. referentes à dívida externa, são enviados 13 bilhões de dólares, que não conseguem ser cobertos nem ao menos pelo saldo da balança comercial".

"Remessa de lucros, dividendos, royalties, pagamento de assistência técnica, bonificações e demais especificações correlatas em favor das empresas e variadas unidades do capital estrangeiro, de maneira declarada ou oculta, consomem 4 bilhões de dólares. Desvios a título de sub e superfaturamento compreendem 3 bilhões, retiradas de investimentos, 1 bilhão de dólares, contrabando de ouro e pedras preciosas, 3,5 bilhões; evasão de divisas, 2,5 bilhões e importâncias recebidas a menos em decorrência de medidas protecionistas, 4 bilhões".

Ainda assim, há os que sustentam, sem disfarçar a hipocrisia, que "essa história de imperialismo não passa de invenção de falsos nacionalistas que pretendem impedir o progresso da nação", como o jornal "O Estado de S. Paulo", em editorial. O livro de João Batista Berardo pode ser adquirido na livraria Vitória, à rua dos Bororês, 51, Bela Vista, em São Paulo.

Fundação Maurício Grabois

DE OLHO NO LANCE

Saudades de 64

"A revolução fracassou." "Estou cansado da política." "Eleições já." "De certa forma fui expulso (do Exército), porque não pedi para sair e fui empurrado para a reserva." São declarações do general Newton Cruz ao assinar, no Rio, termo judicial que o intima a comparecer a julgamento pelo assassinato de Alexandre Baumgarten, em 1982.

O general, ex-chefe da agência do SNI em Brasília no governo Figueiredo, considera que o movimento golpista de 1964 "se corrompeu" a partir do governo Geisel, quando "começou a se descolar". Ou seja, ele pensa que a pressão democrática deveria ser respondida com elevação da brutalidade a um nível maior ainda. Seu modelo é certamente o da Argentina, com mais de 30 mil mortes, ou o de Pinochet, no Chile, que continua assassinando os opositores.

Com estas idéias, o general ainda tem o cinismo de considerar injustas as acusações que pesam sobre ele de estar ligado a conspirações golpistas. E trata de buscar o apoio de seus colegas de farda, ao dizer que o fato de ir a júri popular é parte de um "processo político" por ser "o estigma de uma revolução fracassada". Em nome desta tal revolução, os militares se colocaram acima da lei. Valia tudo, mesmo o assassinato.



AEROVIÁRIOS E AERONAUTAS

Preparando a greve

No próximo dia 11 de fevereiro, aeroviários e aeronautas de todo o país realizam mais uma assembleia da campanha salarial/87. Eles prometem entrar em greve no dia 12, se até lá os empresários da aviação não cumprirem a sentença do Tribunal Superior do Trabalho, que, entre outros itens, garante-lhes a jornada semanal de 40 horas, pagamento das horas extras em 100%, pagamento da diária de alimentação, pagamento dobrado das horas de vôos noturnos e o fim das retaliações e demissões de aviação.

A comissão nacional de negociação, composta pelas direções do Sindicato Nacional dos Aeronautas, do Sindicato dos Aeroviários de S. Paulo, do Sindicato Nacional dos Aeroviários e do Sindicato dos Aeroviários de Recife, além da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação, tenta reatar as negociações diretas com o Sindicato Nacional das empresas aéreas, mas, até o momento, nenhum avanço foi conseguido neste sentido.

SERVINDO AOS PATRÕES

Depois da greve nacional de advertência, que paralisou por 48 horas os aeroportos de todo o país, foi julgado o dissídio das categorias no Tribunal Superior do Trabalho e, segundo Francisco Florentino, diretor do Sindicato dos Aeroviários de S. Paulo e membro da comissão nacional de negociação, ficou claro o lobby das

empresas sobre o Tribunal. "Fomos a única categoria com data base em dezembro a ter julgado o dissídio com um índice de 44%. As demais categorias conseguiram nos Tribunais em torno dos 70%. Aí ficou nítido para todos nós a pressão e a força das empresas de aviação na Justiça e no evento".

A truculência dos patrões foi mais longe e voltou a fazer uso do repudiado decreto 1632, imposto aos trabalhadores pelo então presidente general João Figueiredo, que impediu a greve nos serviços públicos e nas atividades essenciais, demitindo por justa causa trinta e cinco aeroviários da TAM — Transporte Aéreo Regional; mais trinta aeroviários da Varig de Porto Alegre; e suspensão da escala de vôo de 12 aeronautas da Transbrasil, dos quais até o momento, dois deles foram demitidos.

LUTA UNITÁRIA

Depois de mais de 25 anos,



aeroviários e aeronautas conseguiram retomar sua histórica combatividade e realizar a campanha salarial unificada, com um único comando de campanha e com assembleias lotadas que uniram as categorias na luta contra o arrocho salarial. Esta unidade proporcionou às lideranças desenvolver ao longo de três meses uma ampla movimentação das categorias, auxiliares por um vídeo realizado especialmente para a campanha, por outdoors, jornais, cartazes, boletins e um intenso trabalho de contato e esclarecimento dos trabalhadores com a presença cotidiana às bases.

O trabalho foi coroado de sucesso com a greve que teve repercussão internacional. Os padrões horrorizados com o avanço das categorias puseram suas garras de fora e começaram o que chamam "de caça às bruxas". Mas, aeroviários e aeronautas prometem manter a unidade e dar uma resposta à altura no próximo dia 11 de fevereiro.

Regalias das empresas de aviação

O privilegiado grupo de empresários da aviação comercial brasileira detém nos órgãos governamentais regalias a fazer inveja a qualquer um. Além da facilidade de crédito para aquisição de novos equipamentos, desfruta na área governamental, no Ministério da Aeronáutica e no Departamento de Aviação Civil de amplas facilidades para empréstimos, como foi o recente caso da Transbrasil, que obteve dos cofres públicos 40 milhões de

dólares para socorrer seu caixa.

Somente de janeiro a dezembro de 87 obtiveram 563% de aumento das tarifas aéreas, enquanto no mesmo período a inflação foi de 337,92% e os salários foram reajustados em torno de 250%. Sem contar que a Varig (Viação Aérea Rio Grandense) capta recursos em dólares.

Estudos do DIEESE demonstram que 60% dos aero-

viários ganham menos que o salário médio pago pelas grandes empresas, o que em novembro de 87 estava em torno dos 17.000,00 cruzados, ou seja, abaixo do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE, que era de Cz\$ 19.000,00.

As mulheres são as mais discriminadas. Mesmo nas grandes empresas recebem salários inferiores aos homens. Veja o quadro abaixo:

* Salário médio em função do sexo e por empresa (em Cz\$ nov/87)

Empresas	Mulheres	Homens
Varig	14.400,00	17.700,00
Cruzeiro	16.900,00	18.200,00
Vasp	12.900,00	15.000,00
Transbrasil	11.800,00	18.500,00

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinatti Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA — Camacari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, n.º 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600
Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro, Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060
Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500
Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000
Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000
Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500
Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300
Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000
Anápolis: Rua 14 de Ju-

Iho: 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAÍBA — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2º andar Centro CEP 58020

VOLTA REDONDA

Intervenção do Exército

O município carioca de Volta Redonda novamente se transformou num campo de manobras militares. Desta vez, os soldados do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército ocuparam as instalações da Usina Presidente Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), para impedir a mobilização dos operários das empreiteiras por melhores salários e condições de trabalho. A intervenção militar começou na noite de quinta-feira, dia 14, a pedido do presidente da CSN, Juvenal Osório. Até o fechamento desta edição, os soldados permaneciam na empresa.

Os aproximadamente 6 mil trabalhadores das empreiteiras que prestam serviço à CSN reivindicam aumento do piso salarial, fornecimento de uniformes e material de segurança, refeições e pagamento das horas-extras. As empreiteiras,



Caminhões do Exército ocupam os portões da usina da CSN

além de pagar salários mais baixos, desrespeitam as normas trabalhistas. No final do ano passado, por exemplo, os trabalhadores receberam férias coletivas e seus salários foram descontados.

Revoltados e contando com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, os operários inicia-

ram greve em seis empreiteiras (Conservadora Volta Redonda, Ceg, Stemil, Cocia, Facon e Montreal). Além da repressão patronal (na Montreal foram demitidos 212 operários), os grevistas enfrentaram a presença ostensiva do Exército — que inclusive bloqueou a entrada de dirigentes sindicais na CSN.

HIDRELÉTRICA DE JEQUITINHONHA

Lavradores ameaçados

A construção da hidrelétrica Santa Rita, na região mineira do Jequitinhonha, ameaça desalojar mais de 600 famílias de lavradores dos municípios de Minas Novas, Chapada do Norte e Turmalina, cujas terras ficarão submersas. Para evitar que isto ocorra, recentemente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais das Três cidades, acompanhados de 35 lideranças da região e da diretoria da Fetaemg, procuraram abrir negociações com o governo do Estado e a Cemig — empresa estatal responsável pela obra. A mobilização, no entanto, esbarrou no descaso desgovernamental.

Os pequenos produtores da área estão apreensivos com a nova construção. Lembram que obras semelhantes, construídas em nome do progres-

so, resultaram em perda das terras, êxodo rural, desemprego e miséria. Essa apreensão se acentua porque o método empregado pelo governo mineiro é o de tomar providências sem consultar a população. Até agora nem mesmo foi revelada a área efetiva a ser inundada.

Os atingidos fazem questão de frisar que não são contra a construção da barragem, mas exigem que seus interesses e direitos sejam contemplados. Na maioria, são famílias com mais de 30 anos de trabalho no local, que produzem para si e para a região. A reivindicação básica é "terra por terra". Considerando que a indenização em dinheiro não restituiu os prejuízos causados, exigem que todos os pequenos proprietários e posseiros desapropriados recebam outras terras

na mesma região, com toda a infra-estrutura necessária (casa, irrigação, estradas, escolas, postos de saúde, etc.). Eles propõem ainda a criação imediata de uma comissão de trabalho e negociação, formada pelo governo, Mirad, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Fetaemg e representantes dos pequenos proprietários.

Para atingirem seus objetivos, os lavradores têm intensificado a mobilização em todas as frentes — inclusive a jurídica. No próximo dia 24 será feito um grande ato público na área onde deverá ser construída a represa. Eles também aumentam a possibilidade de uma mobilização geral para paralisar as obras caso seus esforços de negociações não surtam efeito. (Manoel Cação, da sucursal)

ELEIÇÕES ESTUDANTIS

O crescimento da Viração na Bahia

Em menos de um mês, uma grande virada marcou o movimento estudantil universitário da Bahia. Em dezembro, a chapa Revertério, apoiada pela tendência Viração, venceu com 786 votos de diferença as eleições para o DCE da UFBA. Na semana passada, a chapa Alternativa — articulada pela mesma corrente — acabou com sete anos de predomínio de forças estreitas e retrógradas no DCE de Feira de Santana. Com essas duas vitórias, Viração passa a dirigir todas as entidades gerais universitárias baianas.

Esses resultados representam um duro golpe na atual diretoria petista da UNE. A sua prática de partidizar as entidades foi repudiada pelos estudantes. No caso da UFBA, a parcela mais independente do PT ainda buscou a composição de uma chapa ampla para reconstruir o DCE. Mas o presidente da UNE em pessoa foi a Bahia para inviabilizar a composição, impondo a formação de uma chapa pura "para derrotar a Viração". Essa postura sectária, com tom anticomunista, foi derrotada.

Também em Feira de Santana, na maior universidade estadual da Bahia, a política petista foi rechaçada. Há sete anos que os grupos petistas manipulavam o DCE. Neste período, ocorreram apenas três eleições — tal o desgaste da entidade. Numa votaram 110 estudantes; nas outras duas, cerca de 500. A participação de Viração neste ano deu nova qualidade ao pleito. Votaram 1.311 universitários e a chapa Alternativa venceu com 431 votos de vantagem. (Carlos Andrade, da sucursal)

PERNAMBUCO

Explosão mata e fere recrutas

Um soldado morto e cinco gravemente feridos. Este foi o saldo da explosão no Depósito Regional de Armamentos e Munição (DRAM) de Camaragibe (PE), no último dia 18. Segundo o cirurgião plástico Marcelo Miranda, chefe do serviço de queimados da Casa de Saúde São Marcos, outros três feridos também têm poucas chances de sobrevivência, tal o grau das queimaduras. Apesar da gravidade do acidente, o comando militar da área se recusa a dar maiores informações. Mesmo os recrutas que estavam no local evitam falar sobre o caso, temendo represálias.

Segundo um soldado, que concedeu entrevista à TO, mas preferiu não se identificar, os testes com explosivos feitos pelo DRAM apresentam várias irregularidades. "São muito violentos e o treinamento é insuficiente para realizá-los com um mínimo de segurança", comentou. Ele também denunciou que um dos recrutas queimados deveria ter da-

do baixa em dezembro passado.

"Mas ele foi obrigado pelo comando da unidade a participar dessa missão". Temendo a morte de seu amigo, ele acredita que nada será feito para punir os responsáveis. "Isso é normal em nossa unidade", afirma.

Esta é a segunda vez em menos

de um ano que acidentes resultam em queimaduras no campo de Camaragibe. Em abril do ano passado, 19 soldados saíram feridos após uma explosão de gás lacrimogênio. Na ocasião, o comandante militar do Nordeste, general Luis Pires Neto, procurou ocultar o incidente. (Jair Pereira, da sucursal)



Exército tentou ocultar a internação dos soldados queimados

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinatti Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA — Camacari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, n.º 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600
Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro, Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060
Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500
Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000
Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000
Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500
Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300
Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000
Anápolis: Rua 14 de Ju-

Iho: 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAÍBA — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2º andar CEP 80000
Fone: 222-9120. Londrina: Rua Sergipe, 954 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUÍ — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigarão Batista, 236 CEP 54500
Garanhuns: Rua Dentista Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 53300
Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiaí, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta
RIO GRANDE DO SUL — Porto Ale-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020
Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100
Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100
Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100
Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010
Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100
Nova Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510
Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935
CEP 20000 — Niterói: Av. Amarel Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000
Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000
Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal 1231 CEP 88075
SÃO PAULO — São Paulo: Rua Condesa de São Joaquim, 272 Fone 272-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470
Bolacatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600
Campinas: Rua Senador Saraiva, 448 Fone 2-6345 CEP 13100
Mariília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500
Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000
São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560
Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100
São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200
Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabalianinha, 145 sala 104 CEP 49010

A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Post-up, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Jorúbs. (Fone: 815-4999) São Paulo, SP

O POVO NO PODER



O povo no Poder é um conceito. Um conceito político. Uma opção de governar, levando em consideração as legítimas aspirações, as verdadeiras necessidades, os desejos fundamentais do povo de Camaçari.

É a decisão de governar, democraticamente, submetendo os projetos, as realizações e as prioridades da ação governamental, à aprovação da comunidade.

Há dois anos, a Equipe Luiz Caetano, realiza uma experiência de administração municipal única no País. Um modelo novo, revolucionário, que se baseia na participação popular. Pode-se dizer, que o maior mérito da Prefeitura Popular de Camaçari é permitir que o povo decida seu destino, que opine, critique, fiscalize, discuta, vote e escolha os caminhos do Governo. Nada se faz em Camaçari sem a aprovação do povo. Nada se projeta, se constrói, se realiza, sem que a ação seja submetida a um veredito popular. É assim que dá certo. Esta é a única maneira correta de se praticar a Democracia.

Em dois anos de trabalho, a Equipe Luiz Caetano cumpriu o compromisso que assumiu durante a campanha eleitoral. Camaçari mudou. Hoje, ainda longe do ideal, equilibramos as finanças do município. Emergimos de um **rombo de 200 milhões de cruzados**, e fomos capazes de acumular um saldo de realizações invejável:

- Recuperamos os postos médicos, reformamos e ampliamos o Hospital Municipal, substituímos o atendimento paliativo pelo atendimento preventivo. Duplicamos o número de consultas médicas e odontológicas, reduzimos a mortalidade infantil, instituímos o Programa de Saúde Es-

colar. Seis novas ambulâncias atendem a comunidade, cinco das quais fixas nos distritos. Hoje Camaçari possui 87 médicos pagos pela Prefeitura, seguramente a maior equipe médica num município da Bahia.

- Criamos **10 mil novas vagas escolares**. Recuperamos e construímos novas escolas, mais de 140 novas salas de aula, asseguramos a Educação a toda comunidade. A nova escola em Camaçari é uma realidade. Atende aos excepcionais, combate o analfabetismo, valoriza o professor com o Estatuto do Magistério e o maior salário entre os municípios baianos.

- O Planejamento em Camaçari passou a ser orientado em função do povo.

- Criamos a Secretaria de Turismo, que resgatou a Orla de Camaçari e anulou a falsa idéia do "Litoral Norte de Salvador".

- A Cultura Popular foi valorizada. Os pescadores e os trabalhadores rurais do município tiveram apoio efetivo da Prefeitura.

- Camaçari é hoje uma cidade muito mais limpa e bonita, com a nova filosofia da Limpec. A Decom e a Decasa, transformaram-se em verdadeiras secretarias de obras e prestam serviços públicos. As obras de saneamento, que não rendem dividendos políticos, estão entre as prioritárias.

A Equipe Luiz Caetano, por intermédio da sua Secretaria de Desenvolvimento Social, cumpriu a sua principal missão política: organizar o povo de Camaçari. Hoje existem mais de 70 associações de bairros, mais de 30 entidades de mulheres e mais de 20 associações de jovens.

O povo organizado participa do poder em Camaçari.

CAMAÇARI

EQUIPE LUIZ CAETANO

É ASSIM QUE DÁ CERTO



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A UJS se reúne e aponta o rumo socialista

Após três anos de intensa atividade junto à juventude, a União da Juventude Socialista — UJS — realizará seu quarto congresso nacional. Na luta pelas liberdades públicas e políticas dos jovens, contra o fascismo e a UDR, pelo direito de voto aos 16 anos, por melhores condições de saúde, educação, esporte e cultura, a UJS faz seu balanço.

No final deste mês, na cidade de Petrópolis (RJ), se realiza o quarto Congresso Nacional da UJS. Nas instalações da sede social do Clube Petropolitano, mais de 1 mil jovens estarão discutindo seus problemas e perspectivas, fazendo um balanço da atividade da entidade nacional, apontando os rumos para a ampliação e crescimento do movimento juvenil no Brasil.

Segundo Apolinário Rebelo, atual coordenador geral da UJS, esta corrente progressista está estruturada em todo o país, contando com coordenações estaduais em dezesseis Estados, contando já com mais de 30 mil filiados. "A UJS surgiu a partir da ampliação das liberdades políticas, após a derrota do regime militar, como uma necessidade do movimento de jovens de ter um instrumento para responder à nova realidade", explica Apolinário, destacando que "procurou-se abordar de forma ampla a juventude brasileira, levando em conta suas vicissitudes, mas apontando uma perspectiva concreta para o país, o socialismo".

BALANÇO DA ATIVIDADE

A UJS, neste último período, vem participando ativamente da vida política e social dos jovens em nosso país. Um bom exemplo disso é a movimentação interna no combate à articulação reacionária representada hoje pela UDR — a União "Democrática" Ru-

ralista. Em Ribeirão Preto, cidade do interior de São Paulo, a UJS se levantou contra a direita, promovendo manifestações públicas, assim como em Cuiabá, em Mato Grosso, Brasília, Anápolis em Goiás e em Curitiba, no Paraná. O presidente Sarney, também não foi poupado pela UJS, que levantou a juventude em Belém no Pará, em Goiânia e outras capitais. Em São Paulo, a UJS pixou o monumento fascista inaugurado pelo prefeito viajante, Jânio Quadros, quando foram presas 12 pessoas que até hoje estão respondendo inquérito. Mas a ação que teve maior repercussão, sem dúvida nenhuma, foi a luta que a UJS patrocinou, em prol do direito de voto aos 16 anos, junto à Assembleia Nacional Constituinte, que pelo menos nesta fase inicial se revelou vitoriosa, fazendo constar no projeto final da Comissão de Sistematização este direito para os jovens.

Além de um conjunto de atividades artísticas e esportivas que a entidade desenvolveu, os congressistas deverão se deter na análise das formas organizativas mais adequadas para permitir a incorporação ampla da juventude dentro dos objetivos mais gerais do movimento. Vai ser preciso sistematizar todas as experiências para avançar e se preparar para garantir o que já foi conquistado na Constituinte, tendo em vista, caso seja aprovado em plenário o voto aos 16 anos, uma intensa campanha de alistamento, pois esse voto será facultativo.



TODO MUNDO QUER AMOR.
TODO MUNDO QUER AMOR DE VERDADE.

(MIS)

Programa do Congresso da UJS

Dia 28 de janeiro —

10 horas — Instalação do Congresso

14 horas — Debate sobre a situação política do país e a luta pelo Socialismo, com a participação de:

Anna Rattes — dep. fed. PMDB (RJ)

Haroldo Lima — dep. fed. PCdoB (BA)

Artur Virgílio Neto — ex dep. fed. PSB (AM)

Paulo Rattes — prefeito de Petrópolis

19 horas — Inauguração da Exposição de artistas da UJS com pinturas, esculturas etc.

20 horas — Apresentação cultural dos diversos Estados com danças, folgoedos, capoeira, congadas etc.

Dia 29 de janeiro —

9 horas — Situação da Juventude, lutas e perspectivas

Debate com: Aécio Neves — PMDB (MG)

Edmilson Valentin — PCdoB (RJ)

Raimundo Chaves — pres. Sind. Trab. Rurais de Poranga (CE)

Apolinário Rebelo — coordenador geral da UJS



Apolinário Rebelo, coordenador geral da UJS e do seu 4º Congresso.

14 horas — Painéis

1) Sexualidade — Dra. Inês Ribeiro — psicanalista do Colégio Freudiano RJ

2) Drogas e entorpecentes — Dr. Tércio Lins e Silva — Secr. Justiça do RJ
Dr. Maurício — Ass. médico do Pinel

3) Educação — Otávio Elísio — dep. fed. PMDB (MG)

Gisela Mendonça — ex-presidente da UNE

Manuel Rangel — diretor da UPES

4) Cultura — Osvaldo Barroso — poeta, escritor e cineasta cearense

Sergio Saiz — Sindicato dos Artistas do RJ

19 horas — Ato político por "Diretas 88" e "Voto aos 16 anos"

Com a participação de inúmeras personalidades do mundo político democrático do movimento popular e democrático.

23 horas — Cinema

Dia 30 de janeiro —

9 horas — Organização da UJS

Com a distribuição dos delegados em oito grupos de discussão:

1) Atuação entre os secundaristas; 2) universitários; 3) no movimento dos bairros; 4) no movimento sindical; 5) Finanças; 6) Imprensa; 7) Funcionamento das Coordenações; 8) Formação política.

14 horas — Plenária de organização.

15 hs 30 — Painel sobre a organização da Juventude no Mundo

Com a participação de Luís Fernandes — ex-diretor da UNE e com delegações do movimento de juventude do Canadá, Portugal, OLP e da Albânia.

19 horas — Apresentações artísticas de dança

20 horas — Peça Teatral: "Pedro e o Capitão"

22 horas — Festa de integração

Dia 31 de janeiro —

9 horas — Passelo ecológico no Parque Alto do Morim

14 horas — Plenária final

16 horas — Eleição da nova coordenação

17 horas — Show de encerramento, com a participação de vários grupos de MPB e Rock e a cantora Títani.

Pela emancipação das mulheres

Instalou-se em Campinas, no Estado de São Paulo, um importante seminário para o aprofundamento do debate em torno da questão da emancipação da mulher em nossa sociedade. Promovido pelo ICOP — Instituto de Cultura Operária — e a Revista Presença da Mulher, com a colaboração da reitoria da Universidade de Campinas, o seminário desenvolveu uma extensa pauta de conferências e discussões sobre vários aspectos da emancipação, sexualidade e a organização do movimento de mulheres. As diversas tendências mundiais, da sexista à visão emancipacionista, foram analisadas. Na abertura dos trabalhos debateu-se o tema "A mulher e a situação política", com a presença da presidente dos Docentes da Unicamp, Helena, Ana Maria Rocha, da revista Presença da Mulher, Ronald Freitas, do ICOP e João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil. Respondendo à pergunta: — "Será o caso da mulher deixar de lado a luta política?", Amazonas desenvolveu a ideia de que é essencial politizar a luta das mulheres, pois existe uma relação direta entre elas e a atual realidade política. "A mulher não poderá se emancipar se

não dentro de uma realidade política concreta. A mulher é uma das forças da sociedade que sofre a exploração e a opressão, em seu duplo sentido, como parte do povo e como mulher propriamente dito", afirmou Amazonas.

"Devido a fatores históricos, o homem passou a ser a força predominante na organização da nossa sociedade, dispondo-a segundo seus próprios interesses. As mulheres acabaram por se subordinar. Esta opressão, hoje em dia, se relaciona com o sistema capitalista e a mulher não poderá alcançar sua emancipação se não encarar de frente os problemas políticos, especialmente a luta pela mais ampla liberdade política e pela independência nacional", continuou Amazonas. Em seguida concluiu que "enquanto houver opressão de classes, a mulher não conseguirá sua efetiva emancipação — e todas as forças que tentam desligar a luta da mulher da luta política, fazem luta abstrata e inconsequente, não atingindo nem mesmo objetivos imediatos".

VISÃO EMANCIPACIONISTA

"A perspectiva emancipa-

cionista", concluiu Amazonas, "se desenvolve quando a mulher tem consciência de sua opressão: no mundo atual existe um despertar em massa do movimento feminino que procura defender seus direitos. Nesta visão, as mulheres percebem que sua emancipação está ligada à questões estruturais. No Brasil é notável como a mulher vem ocupando espaço desempenhado apenas por homens. É o caso de diversos setores, desde as operárias, no esporte e na cultura. Apesar dos grandes avanços conquistados, existe um bom contingente de mulheres que ainda aceita a condição de subalternidade". Desta forma, Amazonas destacou a necessidade de ampliar o movimento feminino no sentido de incorporar e elevar o nível de consciência dos mais amplos contingentes de mulheres na luta emancipacionista.

A PLENÁRIA NACIONAL

Fruto das discussões desenvolvidas no último encontro nacional de entidades emancipacionistas, no Rio de Janeiro no final do ano passado, ficou convocada a Plenária Nacio-

nal de entidades, reunida de 23 a 24 de janeiro no Centro de Convenções da Unicamp. Como sequência do seminário sobre a questão da mulher, a Plenária se fixou no estudo dos avanços e desafios desta frente e principalmente na libertação sobre os rumos das entidades emancipacionistas,

a comemoração do próximo dia 8 de março — Dia Internacional da Mulher — e da organização nacional do Movimento feminino emancipacionista.

Num momento em que as forças mais reacionárias se preparam para liquidar as con-

quistas consagradas no projeto da comissão de sistematização, das lideranças políticas às reivindicações específicas como a licença para as gestantes de 120 dias, o movimento de mulheres vai se preparando para travar batalhas decisivas em todos os terrenos da vida política nacional.

